

Superior Tribunal de Justiça

RECLAMAÇÃO Nº 38.966 - RJ (2019/0286624-1)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
RECLAMANTE : AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A
ADVOGADOS : ROBERTA DE ALENCAR LAMEIRO DA COSTA - DF017075
RICARDO PACHECO MESQUITA DE FREITAS - MG145814
RECLAMADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INTERES. : ANDREA RODRIGUES GRANJA
ADVOGADOS : GABRIEL DA ROCHA SANTOS - RJ131681
GABRIEL TOSTES VIEIRA BARBOSA - RJ207554

DECISÃO

Trata-se de reclamação proposta por AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A., com fulcro nos artigos 988 a 993 do Código de Processo Civil, bem como nos artigos 187 e 192 do Regimento Interno desse Superior Tribunal de Justiça, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro assim ementado:

"Agravo Interno interposto com fulcro nos artigos 1.021 e 1.030, §2º, do CPC, em face da decisão da 3ª Vice-Presidência que aplicou o regime de julgamento dos recursos repetitivos e negou seguimento ao recurso especial interposto, com base no Tema nº 952 do STJ – Plano de saúde – aumento por faixa etária – Procedência do pedido para declarar nulos os aumentos – Correta aplicação da tese fixada no Tema nº 952 do STJ ('O reajuste de mensalidade de plano de saúde individual ou familiar fundado na mudança de faixa etária do beneficiário é válido desde que (i) haja previsão contratual, (ii) sejam observadas as normas expedidas pelos órgãos governamentais reguladores e (iii) não sejam aplicados percentuais desarrazoados ou aleatórios que, concretamente e sem base atuarial idônea, onerem excessivamente o consumidor ou discriminem o idoso') – Manutenção da decisão guerreada – Recurso conhecido e não provido" (fl. 99 e-STJ).

A reclamante sustenta que o acórdão reclamado, ao concluir que o acórdão atacado pelo recurso especial encontra-se em consonância com entendimento firmado em recurso repetitivo, acabou inobservando entendimento firmado por ocasião do REsp nº 1.568.244/RJ.

Defendendo a legalidade do reajuste da mensalidade por faixa etárias, aduz que

"(...) a jurisprudência consolidada no E. Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que o Estatuto do Idoso não obsta o aumento de mensalidade a partir dos 60 anos (quicá 59 anos), desde que previsto em contrato, eis que o aumento do valor do prêmio decorre do maior risco, ou seja, da maior necessidade de utilização dos serviços segurados, e não do simples advento da mudança de faixa etária" (fls. 10/11 e-STJ).

Superior Tribunal de Justiça

Argumenta que, segundo o paradigma repetitivo,

"após constatação de validade do reajuste, porém abusividade do percentual aplicado para aumento em virtude de alteração da faixa etária, a apuração de percentual adequado e razoável a incidir no contrato entabulado pelas partes(...) deverá ser feita por meio de cálculos atuariais na fase de cumprimento de sentença" (fl. 16 e-STJ).

Requer, em caráter liminar, a suspensão imediata dos efeitos do acórdão reclamado, o qual estaria em dissonância com o entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça em recurso especial repetitivo.

Ao final, pela procedência da reclamação, reconhecendo-se a *"(i) validade da cláusula contratual que determina o reajuste por faixa etária, E a (ii) necessidade de cálculos atuariais em cumprimento de sentença para se verificar o percentual devido de reajuste, em caso de consideração de abusividade do valor aplicado" (fl. 18 e-STJ).*

É o relatório.

DECIDO.

Verifica-se, de início, que a presente reclamação foi proposta antes do trânsito em julgado do acórdão reclamado e que as instâncias ordinárias foram devidamente esgotadas, encontrando-se preenchidos, portanto, os requisitos do § 5º do artigo 988 do Código de Processo Civil de 2015, que assim dispõe:

"(...)

§ 5º É inadmissível a reclamação:

I – proposta após o trânsito em julgado da decisão reclamada;

II – proposta para garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida ou de acórdão proferido em julgamento de recursos extraordinário ou especial repetitivos, quando não esgotadas as instâncias ordinárias" (grifou-se).

Abstrai-se dos autos que a parte autora questionou o aumento da mensalidade praticado quando ela completou 59 (cinquenta e nove) anos, bem como a ilegalidade da cláusula por mudança de faixa etária após os 61 (sessenta e um) anos de idade.

A sentença de fls. 37/40 (e-STJ), julgou parcialmente procedente os pedidos, entendendo abusivo e ilegal o aumento praticado aos 59 (cinquenta e nove) anos da autora, diante da ausência de previsão contratual, mas afastando qualquer abusividade em relação à cláusula que definiu o percentual de ajuste aos 61 (sessenta e um) anos.

O acórdão impugnado pelo recurso especial, ratificou a sentença adotando fundamentação diversa.

Nesse contexto, considerando que a tese defendida pela reclamante não tem

Superior Tribunal de Justiça

vez nos casos de reajuste sem previsão contratual expressa e que, no caso, não há certeza sobre a alegada existência de cláusula específica, a reclamação não merece prosperar.

Não há como, na presente via, se averiguar se o reajuste afastado (aos 59 anos da parte autora) estava calcado ou não em cláusula contratual.

"Consoante jurisprudência desta Corte, não caberá ao STJ avaliar, em sede de reclamação, o acerto ou desacerto das decisões proferidas pelas instâncias de origem, à luz da interpretação do contrato por elas empreendida" (Rcl nº 34.813/SP, Relatora Ministra Maria Isabel Gallotti, Publ. 26/9/2017).

Ante o exposto, indefiro de plano a reclamação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator